

Vaticano acusa governo italiano de querer "erradicar a família"

A decisão do governo italiano em legislar até ao final deste mês sobre as uniões de facto heterossexuais e homossexuais provocou protestos por parte do Vaticano, que acusa o primeiro-ministro Romano Prodi de querer "erradicar a família" da sociedade. O chamado Pacto Civil de Solidariedade, que começou a ser discutido após a chegada da esquerda ao poder em Itália em Abril do ano passado e contempla também temas como a eutanásia, a laicidade ou a presença de crucifixos nos locais públicos, tem recebido uma forte oposição por parte da igreja católica.

O órgão oficial do Vaticano, o "L'Osservatore Romano", denunciou recentemente num editorial de rara críspação a "hipocrisia e a mentira" que constitui o projecto das uniões civis. Romano Prodi, um católico praticante, recusou comentar a quente esta polémica, afirmando que, apesar de sentir com "alguma dor" o ataque do Observatore Romano, irá manter a sua linha de actuação. Tal acordo, que abre caminho ao reconhecimento dos casais homossexuais "representa um passo em frente fundamental na aplicação do programa da maioria e permitirá abordar de maneira séria e profunda um tema crucial para os direitos dos cidadãos", disse Prodi.

Numa outra frente, a igreja católica já fez saber através do papa Bento XVI, numa intervenção junto de um conjunto de juristas católicos italianos, que não vê com bons olhos a retirada de crucifixos das escolas e dos locais públicos. O papa afirmou que o "Estado não pode considerar a religião como um simples sentimento individual confinado à esfera privada" mas que esta deve ser "reconhecida como uma presença comunitária pública". O chefe da Igreja católica afirmou ainda que "a hostilidade a toda a forma de reconhecimento da importância política e cultural da religião (?) não é um sinal de sã laicidade, mas da sua degeneração em laicismo".

A questão do crucifixo é desde há algum tempo objecto de controvérsia entre católicos e laicos, que interpretam de forma diferente o que deve ser a laicidade na República Italiana.

O Vaticano tem empenhado todo o seu peso político no debate afirmando que a laicidade não impede que os símbolos religiosos estejam presentes e visíveis na sociedade já que fazem parte dos direitos do Homem. O tribunal constitucional e outros tribunais já se pronunciaram diversas vezes sobre a questão mas nunca ordenaram a retirada dos crucifixos nas escolas.

O Conselho de Estado, a mais alta instância administrativa, autorizou no ano passado a manutenção deste símbolo cristão nas salas de aula porque, segundo ele, "têm uma função simbólica altamente educativa que transcende a religião abraçada pelos alunos".